

# SUJEIÇÃO DA RENDA CAMPONESA DA TERRA NO CONTEXTO DA MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL.

PAULINO, ELIANE TOMIASI \*

**RESUMO:** Diante das recentes e profundas mudanças na base técnica na agricultura, a diversidade inerente às relações de produção nem sempre tem sido considerada no plano analítico, resultando, de um modo geral, em concepções homogeneizantes e simplistas. Sob o baluarte da modernização, a imagem de que o campo seria o *locus* de processos de trabalho e de relações limitadas à lógica tipicamente capitalista sido cultivada, o que não deixa de ser uma simulação parcial da realidade, em face da marcante presença da agricultura camponesa. Partindo-se do pressuposto de que não se pode compreender a situação presente senão através de fundamentos teórico-metodológicos pautados na categoria contradição, nos dedicamos ao Norte do Paraná, uma das regiões de maior índice de tecnificação e produtividade no país. Foram estudados 33 municípios, sendo realizadas visitas a empresas, cooperativas, instituições de pesquisa e extensão rural, além de entrevistas em 292 sítios distribuídos na área em questão. Com isso, buscamos analisar quais são as principais estratégias de recriação do campesinato bem como quais são os mecanismos dominantes de sujeição da renda camponesa ao capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura; mudança da base técnica; monopolização do território pelo capital; sujeição da renda da terra, recriação do campesinato.

## SUBJETCION PEASANT LAND RENT IN THE MONOPOLIZATION TERRITORY CONTEXT BY CAPITAL

**ABSTRACT:** Before the recent and deep changes at technics base agriculture, the diversity inherent in the production relation nor always have been accept in the analitical plan, resulting, in general, in homogeny and simple conception. Bellow the modernization support, the countryside image has been work process place and relation limited at capitalistic basical prevail, although is this a reality partial simulation, because of the conspicuous presence of the peasant agriculture. To pressuppose what we need recourse to contradiction category for understand the situation present, we dedicating our studies into North Paraná, one the most tecnificate and productive regions of the country. Was been studed 33 municipality, with visitation in enterprises, cooperations, search institutions also interview in 292 peasant sieges localized into searched area. Which all the propose for understand the principal strategies the peasants recriation, verifying also the dominant mechanisms of subjection peasants rent by capital.

**KEY-WORDS:** Agriculture; change technics base; monopolization of the territory by capital; subjection peasants rent by capital; peasants recriation.

---

\* Professora Adjunta do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: eliane.tomiasi@uel.br

## Introdução

Diante das profundas mudanças atreladas ao processo de modernização da base técnica na agricultura, a diversidade inerente às relações de produção nem sempre tem sido considerada no plano analítico, resultando em concepções homogeneizantes em Geografia Agrária e abordagens afins.

Sob o baluarte da modernização, via de regra tem frutificado uma imagem na qual o campo seria o *locus* de processos de trabalho e de relações simplificadas sob a lógica tipicamente capitalista, o que não deixa de ser uma simulação parcial da realidade.

É com base na concepção de que não se pode compreender o modo capitalista de produção senão através de fundamentos teórico-metodológicos pautados na categoria contradição, que nos lançamos no esforço de desvendar a diversidade agrária no Norte do Paraná, uma das regiões de maior índice de tecnificação e produtividade no país.

Em termos de recorte geográfico, a pesquisa que culminou na Tese de Doutorado intitulada: “Terra e Vida: a Geografia dos Camponeses no Norte do Paraná”, corresponde à área delimitada pelos Rios Panapanema, ao Norte, Pirapó, a Sudoeste e Tibagi, a Leste. Foram estudados 33 municípios, sendo visitadas empresas, cooperativas, instituições de pesquisa e extensão rural, além das entrevistas realizadas em 292 sítios distribuídos na área em questão.

Foi esse trilhar que evidenciou o quão diversas são as frações do território e quão inoportunas são as análises que suprimem o campesinato da história.

Em nossa pesquisa, nos deparamos com a sua existência real e sua participação decisiva na construção do território que, ao contrário do que muitos apregoam, não se limita a relações e contornos tipicamente capitalistas; antes, é composto pela alternância de frações camponesas com frações tipicamente capitalistas, respectivamente marcadas pelo trabalho familiar camponês e pelo trabalho assalariado.

É a lógica desta classe, cuja existência é mediada por uma condição *sui generis*, dada pelo controle simultâneo dos meios de produção e da força de trabalho, que confere significado à propriedade camponesa da terra.

Por ser a renda da terra um dos elementos que explicam o sentido de sua recriação, sendo diversas as formas encontradas pelos capitalistas para subtraírem-na dos camponeses em benefício próprio, o propósito desse texto é o de analisar os interstícios da sujeição da renda camponesa ao capital na esfera do consumo produtivo, ou seja, naquela do tributo pago por essa classe especificamente para produzir.

### **Particularidades da agricultura camponesa**

O Norte do Paraná é uma das regiões brasileiras marcadas por elevado grau de modernização da base técnica, modernização essa que não está limitada às unidades produtivas tipicamente capitalistas, sendo extensiva às unidades camponesas, guardadas evidentemente as devidas proporções.

Em outros termos, ainda que prevaleça a idéia de que as técnicas rudimentares, a exclusão do mercado e as privações severas sejam, de fato, o que define a classe camponesa, esses elementos não são exatamente os mais

apropriados para essa categorização, tampouco é válida a noção de que técnicas modernas e campesinato são mutuamente excludentes.

Na área estudada, são dos mais variados os níveis de inserção da classe camponesa no patamar técnico dominante, bem como nas estruturas comerciais e financeiras vinculadas à atividade agricultura.

Em outras palavras, assim como entre os proprietários capitalistas, há camponeses que comercializam individualmente a produção, outros se acham associados às cooperativas, há aqueles que trabalham em sistema de integração com os complexos agroindustriais, particularmente da cadeia avícola, citrícola e sericícola, enfim, as estratégias de produção econômica e reprodução social são inúmeras.

Cumprе salientar que a comercialização direta, seja com atravessadores, seja nas indústrias e, por fim, a venda intermediada pelas cooperativas, lhes garante uma autonomia maior que o sistema de integração, no que tange à organização interna dos sítios e na decisão de como, quando e o quê cultivar.

Por outro lado, o preço dessa autonomia é o risco da não inserção das colheitas no mercado. Quanto à integração, a interferência das indústrias na ordenação interna dos sítios é pronunciada, já que são essas que determinam os padrões, quantidades e prazos a serem observados na produção para posterior entrega nos entrepostos de processamento industrial.

Particularmente no caso da avicultura e sericultura, o fato de lhes serem impostos rígidos padrões de manejo evidencia que, nessas atividades, o controle do seu tempo e do seu espaço cede lugar à necessária observância do

tempo do capital, materializado no artificialismo com que se revestem os processos produtivos.

É por essa razão que evocamos o conceito de intervenção, ao analisarmos tais experiências de integração, pois os camponeses que não se enquadram nos processos definidos externamente devem/podem abandonar a atividade.

Por outro lado, a relação perpetrada pelas cooperativas, indústrias e atravessadores é de intermediação, por se tratar de uma ação que não define a organização dos sítios camponeses.

Apesar do imperativo da produtividade, com todas as relações que lhe são inerentes, os camponeses continuam senhores de seu tempo e de seu espaço, de modo que os tentáculos do capital os afeta na exata medida em que esses a incorporam.

A simples menção ao fator incorporação já estabelece um divisor de águas em relação ao fator imposição, indiscutivelmente presente nas relações de integração destacadas. Assim, ao incorporar certas determinações, supõe-se que o sujeito as internaliza e, de certa forma, as redimensiona de acordo com seus interesses e possibilidades reais de fazê-lo.

É justamente o sentido dessa incorporação que torna difícil uma análise compartimentada de cada uma das atividades que se fazem presentes na parcela do território dominada pelos camponeses.

Porquanto, a lógica da complementaridade invariavelmente remete a uma combinação na qual a hierarquia nem sempre pode ser confundida com primazia, daí a pertinência de recorrermos à categoria de sistemas agrários camponeses.

Por outro lado, reiteramos que as atividades citadas de forma alguma podem ser excluídas do conjunto, posto que as mesmas se inscrevem igualmente no contexto das combinações existentes nos sítios camponeses. Enquanto individualmente se diferenciam, no conjunto manifestam uma articulação que revela a própria lógica de reprodução camponesa.

Não obstante, a concepção de sistema remete a um padrão orgânico que, além de ser comum à maior parte dos sítios camponeses, tem nas atividades citadas um caráter estruturante, visto que um conjunto de atividades paralelas a elas se articulam, assumindo um sentido de complementaridade.

Por outro lado, esses sistemas não são mutuamente excludentes dentro dos sítios, tampouco indicam a drenagem da renda da terra por um único setor capitalista, seja o industrial, o comercial ou o financeiro, quaisquer que sejam seus agentes específicos.

Trata-se, na verdade, de um emaranhado de estratégias adotadas de acordo com as condições internas mais apropriadas. Por fim, essas se manifestam para além da produção, culminando em variações conjunturais nos níveis de geração e apropriação da renda.

Do ponto de vista da hierarquia presente no tempo e no espaço camponês, há atividades que, de certa forma, assumem o caráter estruturador do sítio. Os dados do Relatório Realidade Municipal, da EMATER (2001) indicam que as lavouras típicas dos camponeses, como arroz, feijão, café e milho, estão entre as que têm maior número de cultivadores, embora ocupem uma área desproporcional em relação àquelas mecanizadas.

Em outras palavras, as lavouras mecanizadas são absolutamente dominantes, ainda que, na média, não há áreas individuais muito extensas, um

indicativo de que os camponeses também se ocupam das mesmas. Como exemplo, citamos o milho, cuja relação é de pouco mais de 21 hectares por cultivador, lembrando que se trata de uma lavoura de ciclo curto, em geral em rodízio com a soja, o que reduziria a necessidade de terras disponíveis pela metade.

Evidentemente, o fato de haver grandes proprietários envolvidos com essa lavoura interfere nesses números, elevando a área média dos pequenos cultivadores. Quanto à soja, a área média é de pouco mais que o dobro do milho, o que mostra que essa é o cultivo preferencial dos médios e grandes proprietários, ainda que não exclua os pequenos cultivadores.

Cumprе salientar que os dados destacados referem-se ao conjunto dos 33 municípios, embora haja particularidades geográficas que não podem ser desconsideradas, já que na área de estudo, as diferenças, particularmente em termos de solo, são ponderáveis.

Grosso modo, dois padrões agrários sobressaem, tanto em termos de extensão geográfica quanto de importância para a reprodução camponesa: a pecuária leiteira na área dominada por solos do arenito e as lavouras onde predominam os solos derivados do basalto.

Na área estudada, são três os solos derivados do arenito caiuá: Latossolo Vermelho-Amarelo, Latossolo Vermelho-Escuro e Podzólico Vermelho-Amarelo.

Em linhas gerais, tais solos são porosos, tendem à elevada acidez, baixa fertilidade natural além de serem bastante suscetíveis à erosão. Já os solos originados de rochas do derrame basáltico, Latossolo Roxo e Terra Roxa Estruturada, basicamente se caracterizam pela alta fertilidade natural, baixa

susceptibilidade à erosão e grande capacidade de retenção de água, estando entre os solos mais férteis do planeta.

Por fim, incidem em menor proporção os Solos Litólicos, bastante rasos, o que os torna altamente susceptíveis à erosão, além de dificultar a mecanização.

Para efeito de análise, consideramos a sua distribuição a partir dos tipos agregadores, lembrando que não pretendemos apregoar noções deterministas ou negligenciar a unidade que transcende diferenças pedológicas, pois isso deporia contra o nosso próprio esforço de identificar a relação dialética entre unidade e diversidade no Norte do Paraná.

Há que se destacar, dessa maneira, que as diferenças não são meramente físicas, pois enquanto que as áreas ocupadas com lavouras são mais expressivas, em termos percentuais, nos solos derivados do basalto, as pastagens incidem em maior proporção naqueles domínios pelo arenito caiuí.

Por outro lado, as formas predominantes de uso do solo entre camponeses e capitalistas também se manifesta na pecuária: enquanto que a marca da grande propriedade é a pecuária extensiva de corte, os camponeses tendem a se ocupar da pecuária leiteira. Feitas essas ponderações, passemos à análise dos mecanismos de sujeição da renda da terra na esfera do consumo necessário à produção.

### **A transferência da renda no consumo produtivo camponês**

Admitir que a recriação camponesa tem-se dado em meio à adversidade não serve de pretexto para que deixemos de reiterar a ação predatória



empreendida em diversos níveis pelos diferentes agentes do capital, já que são diversas as esferas em que se dá a apropriação da renda camponesa.

No plano da produção, no qual todo o trabalho e investimento do campesinato se materializam, vemos as cadeias industriais que se sustentam por meio da matéria-prima fornecida por essa classe, como é o caso da integração; igualmente visível são os interstícios da acumulação de capital pelas indústrias que recebem o leite, os produtos da lavoura permanente e temporária. Por fim, a agressiva ação do capital comercial com as anteriores se confunde.

Quanto à sua ação na esfera do consumo produtivo, ou seja, no monopólio dos preços dos insumos necessários à produção, é necessário frisar que o campesinato de que tratamos não está excluído do processo de modernização da base técnica da agricultura.

Nessa perspectiva, sua produção comercial pressupõe a utilização de máquinas e insumos, ainda que numa escala compatível com os recursos materiais de que dispõe.

É justamente a incorporação de tecnologia que o obriga a pagar um pesado tributo ao capital industrial e comercial, tributo esse representado pelo consumo das mercadorias que entram no processo produtivo.

A título de exemplo, na área estudada havia, em 2001, 10.966 tratores, 743 colheitadeiras e 1.742 plantadeiras, sendo que a maioria absoluta dos produtores recorreu a algum tipo de insumo industrializado, seja pesticidas, herbicidas ou adubos químicos.

Isso pode nos dar uma dimensão do quanto a modernização da base técnica da agricultura tem sido importante para a acumulação do setor industrial, a qual tem inclusive se apoiado numa espécie de mediação do próprio Estado, já que

esse direcionou, e ainda direciona, a apropriação da riqueza social gerada diretamente pela agricultura, ao privilegiar, através de inúmeras políticas públicas, o empresariado da terra, produtivo ou não.

Isso indica que o ônus da produção e da reprodução ampliada do capital continua recaindo sobre os trabalhadores, entre os quais os camponeses, diretamente afetados pelo custo crescente para produzir e pela apropriação decrescente da renda.

Segundo levantamento da Secretaria Estadual da Agricultura, no período de janeiro de 1999 a setembro de 2001, os produtos típicos da lavoura camponesa foram os que apresentaram o maior descompasso entre custos para produzir e preços recebidos pelas colheitas.

Ao mesmo tempo, esse estudo evidencia que a majoração dos produtos da indústria para a agricultura não está atrelada à política de preços mínimos ao produtor. A seguir, apresentamos os indicativos de que a precarização das condições de sobrevivência dos camponeses atingiu patamares severos.

No caso das máquinas, foram considerados os custos de manutenção, incluindo-se aí peças e combustível, bem como a variação dos preços para aquisição: nesse item, os custos da lavoura tipicamente camponesa, como é o caso do café, do feijão e da mandioca, aumentaram, em média, 74,4%, enquanto aqueles em que a presença da agricultura empresarial é significativa, como é o caso da soja e do trigo, os aumentos ficaram entre 64 e 66,8%.

Contudo, no que se refere aos preços pagos aos produtores, houve um comportamento inverso: enquanto que pela soja e pelo trigo foram pagos preços superiores à escalada dos custos, o café e a mandioca registraram queda real de preços ao produtor de 29,3 e 28,7% respectivamente.

No caso do feijão e do milho, apesar do aumento nos preços de 39,2 e 20,9%, respectivamente, os produtores ainda tiveram que absorver importante parte da majoração dos custos.

No que se refere aos insumos, em que se incluem as sementes, adubos e agrotóxicos, a variação dos custos dos produtos da lavoura camponesa seguiu a mesma lógica, ou seja, foram superiores aos demais, lembrando que, em todos os casos, foram tomados os custos médios entre as técnicas convencionais de cultivo e o plantio direto, no caso dos cereais, e cultivo adensado, no caso do café.

É importante salientar que nos itens de consumo da agricultura, os dados refletem a variação de preços na ponta da cadeia produtiva, ou seja, diretamente aos agricultores. Assim, fica difícil separar qual a fatia de renda apropriada pela indústria a montante da agricultura, já que os comerciantes locais também lucram com a venda desses produtos.

De qualquer maneira, é de se supor que o movimento de alta é conduzido pelo capital industrial, cabendo ao capital comercial repassá-lo aos agricultores. É nesses meandros que a renda camponesa acaba retida, visto que a mesma lógica prevalece na comercialização das colheitas.

Assim, a monopolização das parcelas do território dominadas pelos camponeses se verifica em diversos flancos, ainda que isso não represente sentenças apriorísticas de desaparecimento, já que os camponeses buscam permanentemente alternativas para preservarem sua autonomia.

Não obstante, a acumulação capitalista proporcionada pela transferência da renda produzida pelos camponeses não se dá serenamente, sem conflitos.

Embora pareça haver uma conformação geral, a indignação entre eles é latente. Cientes de que são fundamentais no esquema de faturamento das indústrias, tanto daquelas que produzem as sementes, insumos e máquinas, quanto daquelas que agregam valor às colheitas com o processamento industrial, vislumbram a sangria dos frutos do seu trabalho.

Entendemos que é essa percepção de que as trocas são absolutamente injustas que alimenta uma utopia de insubordinação entre a classe camponesa.

É por essa razão que se faz necessário atentar para a inconsistência dos esquemas teóricos e político-partidários que, em nome da luta pela transformação rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, se fecham em torno da pretensa inferioridade política do campesinato. Nesse particular, Oliveira (1994, p. 51), é enfático:

A aliança política entre trabalhadores assalariados e camponeses não pode mais ser pensada na perspectiva da hegemonia política pura e simples dos primeiros sobre os segundos, e muito menos no sentido inverso. Ela deve nascer da compreensão de suas diferenças, e do direito mútuo de cultivá-las. Ela deve nascer da compreensão dos processos contraditórios que o capital desenvolve no campo e atuar no contra-fluxo de sua lógica [...].

Estão equivocados, portanto, aqueles que atribuem à aspiração milenar por uma ordem social mais justa e igualitária, uma possibilidade fugaz de mobilização dos camponeses, a exemplo de Wolf (1976).

Segundo esse autor, a permanente recusa dos camponeses em aceitar a extração de excedentes os torna aptos a compor movimentos revolucionários, mas não os habilita a construir um projeto político próprio. Portanto, trata-se de uma interpretação alinhada à visão kautskiana de que os mesmos necessitariam de agentes externos para conduzi-los:

A emergência de um mito comum de justiça transcendental pode freqüente e efetivamente levar os camponeses tanto a ações impossíveis como a outras formas de organização. Mas conceder-lhes somente uma visão comum, não uma estrutura organizacional para ação. Esses mitos unem os camponeses, mas não os organizam. Se às vezes um bando de camponeses varre o campo como a uma avalanche, do mesmo modo dispersar-se-á na resistência, desintegrando-se se uma liderança adequada não vier de fora. Os movimentos camponeses, como as alianças, são instáveis e rápidos alinhamentos de unidades antagonizadas e autônomas, nascidas momentaneamente de um sonho milenário. (WOLF, 1976, p. 144).

Notemos que o autor reconhece a capacidade revolucionária dos camponeses, a qual está inelutavelmente inscrita na história contemporânea. Contudo, os pressupostos construídos em torno da idéia de que a diferença necessariamente deve ser enquadrada em uma ordem hierárquica é que resvala no lugar comum dos que confundem a história dos camponeses com a história para os camponeses.

### **Considerações finais**

Para além de questionar a visão homogeneizante embutida na concepção de que modernização é sinônimo de proletarização, ou ainda de que a classe camponesa está alheia aos processos de incorporação de técnicas modernas na produção, buscamos apresentar, genericamente, as características da agricultura camponesa no Norte do Paraná, demonstrando que a sujeição da renda da terra ao capital não tira dos camponeses a autonomia sobre o seu tempo e o seu trabalho; no limite, os conforma aos padrões de qualidade e produtividade impostos pelas indústrias, em particular por aquelas envolvidas no agronegócio fundado na integração.

Por outro lado, nos detivemos em aspectos voltados à compreensão teórica do campesinato, buscando evidenciar que a negação da capacidade de implementação da utopia camponesa, promovida por uma determinada matriz teórica, é uma forma de definir escalas *a priori*, desconsiderando que as partes do território sob controle dessa classe são estruturadas em torno de um código moral orientado por um projeto histórico de justiça.

Não obstante, ao atribuir-lhes a incumbência da transformação da sociedade pautada em um conceito de revolução que efetivamente não se enquadra nessa mesma utopia é incorrer, mais uma vez, na expectativa equivocada de que a superação do capitalismo virá pelas mãos de uma classe redentora. Não custa lembrar que Gramsci (1987) já advertia que tal superação requer um projeto conjunto dos trabalhadores, sem a hierarquização das diferenças.

Por fim, cabe lembrar que os projetos camponeses que mais se aproximaram dessa igualdade utópica não foram compreendidos sequer pelos arautos do projeto de sociedade socialista.

Assim, deve-se realçar que não é a ausência de mediadores externos que impede a articulação dos camponeses em torno de projetos mais igualitaristas, porque eles são inumeráveis. Antes, são justamente as intervenções vindas de fora que, via de regra, os têm dilacerado.

## **Referências Bibliográficas**

EMATER. *Banco de dados*. Disponível em <<http://www.pr.gov.br/emater>> Acesso em: 05 fev.2002.

\_\_\_\_\_. *Relatório Realidade Municipal 2001*. Interno aos Escritórios Municipais. (Não publicado).

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3. ed. São Paulo: Proposta, 1980.

MARTINS, José de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002. p.63-110.

\_\_\_\_\_. *Agricultura camponesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12, 1994, Águas de São Pedro. *Mesas Redondas*. Rio Claro: IGCE, 1994. p.24-51.

PARANÁ. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. *Banco de dados*. Disponível em <<http://www.pr.gov.br>> Acesso em: 16 ago. 2002.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

WOLF, Eric. *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

\_\_\_\_\_. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.